



Maior rigor para os presos perigosos

- A previsão de isolamento total por até 720 dias dos líderes de organizações criminosas e dos presos de alta periculosidade pode virar lei. Sugestão de Demostenes Torres (*foto*), a medida está contemplada no relatório final da Subcomissão de Segurança, apresentado ontem por Tasso Jereissati na Comissão de Justiça

PÁGINA 7

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.707 - Brasília, quinta-feira, 29 de maio de 2003

Senado aprova certidões grátis para todo brasileiro

- O Senado aprovou ontem projeto de Pedro Simon que assegura a gratuidade no registro e na primeira emissão das certidões de nascimento, casamento e óbito. Proposta de emenda à Constituição será enviada ao exame da Câmara dos Deputados

PÁGINA 3

Combate à violência nas escolas

Especialistas ouvidos ontem em audiência pública pela Comissão de Educação apontam integração com a comunidade como forma de reduzir a violência nas escolas.

PÁGINA 5

Repúdio à execução de cubanos

O fuzilamento de três cubanos e a prisão de 78 dissidentes foram condenados pelo Plenário. O requerimento de Arthur Virgílio, José Agripino e Jefferson Péres causou polêmica.

PÁGINA 4



Autonomia política do DF gera audiência

Requerimento de Jefferson Péres propondo audiência pública foi aprovado pela Comissão de Justiça. Objetivo é debater projeto que retira autonomia do DF.

PÁGINA 6

Sarney defende canal de TV internacional

Presidente do Senado quer criação de canal que informe sobre atividades dos três Poderes e veicule filmes e programas nacionais, produzidos e criados por brasileiros.

PÁGINA 4

ESTATUTO DO IDOSO

No mesmo dia em que a CCJ aprovou o Estatuto do Idoso, a atriz Carmem Silva e o ator Osvaldo Louzada, da novela *Mulheres Apaixonadas*, participaram de debate no Senado.

PÁGINA 6

Lúcia Vânia quer agilizar votações na CAS



Lúcia Vânia: agenda para a reflexão

Ao comunicar ao Plenário sua eleição para presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que procurará acelerar as votações, facilitar o trabalho das subcomissões e criar uma agenda que assegure a reflexão, interlocução e apreciação de propostas necessárias à melhoria do setor social.

– É preciso compromisso com o desenvolvimento social articulado ao desenvolvimento econômico – afirmou.

Legislação Participativa define normas

A Comissão de Legislação Participativa (CLP), destinada a receber sugestões de leis das organizações da sociedade, exceto partidos com representação no Congresso Nacional, aprovou ontem, em sua primeira reunião deliberativa, as normas de funcionamento e recebimento de propostas.

O presidente da CLP, senador Magno Malta (PL-ES) pretende divulgar melhor o funcionamento do colegiado, para evitar problemas como o de ontem, quando teve que ser arquivado projeto sobre o Código de Processo Civil apresentado pelo juiz Antônio Ivair Reinaldin, de Curitiba (PR), pois propostas individuais não são avaliadas.

Agenda



Emprego e criminalidade em debate

As Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos se reúnem com os ministros Jaques Wagner, do Trabalho e Emprego, e Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, em audiência para discutir oportunidades de emprego e combate à criminalidade entre os jovens. Também deve comparecer à reunião, marcada para as 10h, o jornalista Gilberto Dimenstein, autor de livros sobre o assunto.

Sessão solene do Congresso Nacional

Em sessão solene, o Congresso Nacional se reúne, às 11h, no Plenário do Senado, para promulgar a proposta de emenda à

Constituição (PEC) que permite a regulamentação do sistema financeiro nacional por meio de várias leis complementares. De autoria do então senador José

Serra, a PEC foi aprovada pelos senadores em 1999, na forma de substitutivo apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).



Comissão analisa convite a três ministros

A Comissão de Relações Exteriores deve analisar dois requerimentos do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) para que sejam convidados os ministros da Defesa, José Viegas Filho; do Planejamento, Orçamento e

Gestão, Guido Mantega; e das Relações Exteriores, Celso Amorim. Os dois primeiros para discutir o reaparelhamento das Forças Armadas. Já Amorim deve falar sobre as perspectivas em relação à Alca.

Ex-menina de rua lança livro às 18h30

Na Biblioteca do Senado, às 18h30, haverá o lançamento do livro *Esmeralda – por que não dancei*, de Esmeralda do Carmo Ortiz, ex-menina de rua que escreveu sua história de vida, sob coordenação do

jornalista Gilberto Dimenstein, um dos convidados de audiência pública que se realiza hoje. A iniciativa é da Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude da Comissão de Assuntos Sociais.



Missa da Páscoa do Congresso Nacional

Por iniciativa dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Marco Maciel (PFL-PE), será realizada a Missa da Páscoa do Congresso Nacional, a cargo do bispo auxiliar de Brasília dom Raymundo Damasceno. A missa tem início às 12h, no Salão Negro, com a participação do Coral do Senado (foto).

Indicação de embaixadores

Em reunião secreta, às 10h, a Comissão de Relações Exteriores vota as indicações de Sérgio Eduardo Moreira Lima e de Carlos Alberto Ferreira Guimarães para os cargos de embaixadores no Chipre e em Benin, respectivamente.

Audiência sobre os idosos

Responsável pela fiscalização orçamentária, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne às 10h para votar o relatório com a lista das obras em que foram registrados indícios de irregularidades pelo Tribunal de Contas da União (TCU).



Rosevelt Pinheiro

GESTO. Patrícia Saboya disse que decisão reforça compromisso do país com os direitos humanos

Plenário aprova protocolos das Nações Unidas

O Plenário do Senado aprovou ontem quatro protocolos da Organização das Nações Unidas (ONU), dois dos quais tratam da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e estabelecem normas rígidas sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados.

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), relatora das propostas, disse que a aprovação dos documentos estava colocando o Brasil “no rol dos países comprometidos com a defesa de um mundo com mais responsabilidade social”.

Os textos sobre direitos de crianças e adolescentes foram assinados na Assembléia Geral da ONU de 2000 e complementam a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989. Conforme a senadora, essa convenção “é hoje o documento de direitos humanos mais aceito da História”.

– Os dois protocolos não vão mudar a vida das crianças de uma hora para outra, mas o gesto do Senado é de extrema relevância no momento em que o Brasil se compromete a acabar com a exploração sexual de meninos e meninas – disse Patrícia.

Os outros dois protocolos tratam do Combate ao Tráfico de Migrantes e da Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, firmados em dezembro de 2000 em Palermo, Itália. O primeiro cria medidas de prevenção e de combate a organizações criminosas responsáveis pelo tráfico de migrantes, cuja mão-de-obra é explorada por redes mafiosas. O segundo reflete a preocupação mundial com o tráfico de mulheres e crianças utilizadas na prostituição.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao Leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Jr (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Proibição ao jateamento volta à CCJ

O presidente do Senado, José Sarney, determinou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examine projeto oriundo da Câmara dos Deputados que proíbe no país o uso do jateamento de areia a seco, muito comum na limpeza de cascos de navios, áreas a receberem pintura, paredes de prédios em concreto e viadutos. A proposta constava da pauta de votações de ontem, depois de ter sido examinada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Sarney ponderou que o projeto envolve questões jurídicas que devem ser avaliadas na CCJ. A justificativa para a proibição do jateamento de areia a seco é que ele é responsável por elevado percentual de silicose, uma doença pulmonar que pode levar à morte, depois de muito sofrimento.

Na CAS, o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) apresentou parecer favorável, mas fez algumas alterações no projeto que veio da Câmara. Juvêncio explicou que, entre os trabalhadores da indústria naval, a doença chega a atingir 20% daqueles que operam jateamento. A proibição, a seu ver, não afetará o emprego, pois existem pelo menos cinco alternativas ao jateamento.

Doação

O governo brasileiro foi autorizado a doar uma corveta da Marinha à Namíbia, país do sul da África, para incrementar a política de colaboração com a nação africana, independente desde 1990. A doação atende a acordo bilateral que prevê o envio de equipamentos e a transferência e a aquisição de meios necessários ao aparelhamento da Marinha namibiana.



SOLUÇÃO. Pedro Simon disse que agora governo deverá encontrar uma forma de compensar os cartórios

Aprovada a gratuidade de certidões para todos

■ Projeto que estende a todo cidadão registro de nascimento, óbito e casamento, sem ônus, segue para a Câmara

Na terceira e última sessão de discussão em segundo turno, o Plenário do Senado aprovou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) que assegura a gratuidade no registro e na primeira emissão das certidões de nascimento, de casamento e de óbito. A proposição, que segue agora para a Câmara dos Deputados, universaliza a expedição sem ônus desses documentos, hoje assegurada apenas aos reconhecidamente pobres.

Durante a discussão da PEC, seu primeiro signatário, o senador Pedro Simon (PMDB-RS), afirmou que o governo

terá de encontrar uma forma de compensar os tabelionatos e órgãos que se tornarem obrigados, constitucionalmente, a conceder gratuitamente essas certidões. Conforme observou, o governo Fernando Henrique Cardoso tentou garantir esse benefício por meio de lei ordinária, que acabou sendo derrubada pela Justiça.

– Um país que fala em Fome Zero e em terminar com o desemprego tem 40 milhões de brasileiros que nascem, vivem, trabalham e morrem sem ter certidão de nascimento, carteira de trabalho e, finalmente, atestado de óbito. Isso é incompreensível – declarou Simon.

A iniciativa foi elogiada pelos senadores Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Almeida Lima (PDT-SE), Patrícia Saboya (PPS-CE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Luiz Otá-

vio (PMDB-PA). Eduardo considerou a aprovação da PEC “o primeiro passo para a cidadania”. Almeida Lima registrou seu voto favorável “por ser de grande mérito para a nacionalidade brasileira” e comentou o “desespero” de tabeliães e oficiais de registro civil, evidenciado em e-mails a ele enviados.

Patrícia encarou a medida como uma conquista importante para crianças e adolescentes, que, de posse do registro de nascimento, poderão freqüentar a escola e se beneficiar dos programas sociais do governo. Suplicy assinalou a importância do registro civil para a implementação de uma renda básica de cidadania. Já Renan Calheiros destacou o mérito da proposta para a consolidação da cidadania e Luiz Otávio classificou a medida como de grande valia para a população.

Confirmadas as indicações de Lula para STF

O Senado aprovou ontem os nomes de Antonio Carlos Peluso, Carlos Ayres de Freitas Britto e Joaquim Barbosa Gomes para o Supremo Tribunal Federal (STF). Essas foram as três primeiras indicações para o STF feitas pelo presidente Lula da Silva. Peluso recebeu 57 votos favoráveis, Carlos Ayres de Freitas, 65, e Barbosa Gomes, 66. Em todas as votações houve apenas três votos contrários.

A eleição de Barbosa Gomes, que será o primeiro ministro negro no STF, foi a que provocou maior número de manifestações entre os senadores. Para muitos deles, a indicação representa uma reparação histórica.

– Estamos votando para membro do Supremo um grande jurista e estamos fazendo uma grande reparação de uma injustiça cruel da nossa história – disse o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O senador João Capiberibe (PSB-AP) observou que a indicação é um marco na história política do país. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), relacionou-a à necessidade de se implementarem políticas afirmativas para a questão racial.

– As instituições brasileiras precisam ter respeito a um segmento tão importante da nossa sociedade que nem sempre teve, ao longo da história, políticas de afirmação positivas que permitam eliminar de fato todas as formas de discriminação – afirmou Mercadante.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou que a nomeação do sergipano Ayres de Britto levará ao Supremo contribuições para a modernização da Justiça e para a democracia.

Maciel faz a defesa do voto obrigatório

O senador Marco Maciel (PFL-PE) defendeu a permanência do voto obrigatório, que ele considera um aprimoramento de que a democracia brasileira não pode abrir mão. Ele criticou as propostas de emenda à Constituição (PEC) nº 44 e nº 39, instituindo o voto facultativo, que tiveram ontem o segundo dia de discussão, em primeiro turno.

Maciel analisou o sistema eleitoral brasileiro desde o Império, e as conquistas obtidas ao longo do tempo, como o voto universal, o voto secreto e o voto para

mulheres, analfabetos e menores de 18 anos.

– A democracia brasileira não é mais aquela plantinha tenra de que falava Otávio Mangabeira. Temos uma democracia robusta, uma árvore que já lançou profundas raízes no tecido social brasileiro – disse.

Em aparte, o líder do PT, senador Tião Viana (AC), lembrou o caso dos Estados Unidos, em que o movimento negro, nos anos 60, tinha como um dos eixos centrais o alistamento eleitoral e o voto, como instrumento de conquista cívica.



Roosevelt Pinheiro



Genaldo Mugele

Plenário aprova voto de repúdio à execução de cidadãos cubanos

Requerimento gerou longo debate entre senadores, mas recebeu só um voto contrário

O Senado aprovou ontem, com voto contrário do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), substitutivo do senador Hélio Costa (PMDB-MG) que condena o fuzilamento de três cidadãos cubanos que tentavam fugir para os Estados Unidos e a prisão de 78 dissidentes.

O requerimento original foi apresentado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pelos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), José

Célio Azevedo



CONDENAÇÃO. Substitutivo de Hélio Costa critica atitude do regime cubano

Agripino (PFL-RN) e Jefferson Péres (PDT-AM), e propunha voto de repúdio e condenação “ao ato arbitrário perpetrado contra a liberdade de opinião e as liberdades indi-

viduais de militantes de direitos humanos, jornalistas e economistas contrários ao regime cubano”.

Esclarecendo que era uma posição pessoal e não do PT, o senador Roberto Saturnino disse que não poderia votar favoravelmente ao substitutivo, pois preferia acreditar na versão do embaixador cubano para os

fatos do que na imprensa. Para ele, os jornais brasileiros espelham a imprensa americana, que tem um noticiário orientado para a derrocada de Cuba. “É óbvio que há um pla-

no de derrubada do regime cubano”, frisou.

As afirmações de Saturnino deram início a um grande debate no Plenário.

Iraque

O Senado também aprovou requerimentos para encaminhar votos de aplauso aos presidentes da França, Jacques Chirac; da China, Jiang Zemin, e da Rússia, Vladimir Putin, e ao chanceler da Alemanha, Gerhard Schröder, por terem organizado e integrado o movimento de oposição à decisão do governo norte-americano de declarar guerra ao Iraque.

Manifestaram-se pela aprovação os senadores Roberto Saturnino, Tião Viana (PT-AC) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Sarney defende canal de TV internacional

Em cartas enviadas ao presidente Lula e a João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, José Sarney defendeu ontem a criação de um canal internacional público de televisão que não só informe sobre as atividades dos três Poderes do Estado brasileiro, como veicule filmes e programas nacionais, produzidos e criados por autores e artistas do país.

Nessas cartas, Sarney retoma conversa mantida com o presidente da República, no avião que os trouxe de volta de Buenos Aires, onde estiveram assistindo, no último domingo, à posse do presidente argentino, Néstor Kirchner. Sarney propôs a Lula uma parceria inédita entre a Presidência da República, o Supremo Tribunal Federal (STF), a Câmara e o Senado, para a criação desse canal.

– O peso específico do Brasil no contexto das nações e a repercussão internacional da liderança do atual governo, neste mundo globalizado, justificam a criação de canal público internacional, genuinamente brasileiro, produzido, gerado e transmitido do nosso território, inicialmente em português, de modo a atingir as colônias de migrantes brasileiros nos Estados Unidos, no Japão, na Europa e nas demais regiões do mundo.

Sarney também argumenta que outro público alvo seria a

comunidade dos países de língua portuguesa, onde o Brasil desempenha papel insubstituível como parceiro no intercâmbio cultural.

Na opinião do presidente do Senado, a proposta é de extrema validade, por envolver sistemas acessíveis ao país, mediante custos baixos. Ele sugere até que, num primeiro momento, esse canal poderia divulgar programas que já são veiculados pelos canais de televisão institucionais e que seriam selecionados.

Num segundo momento, quando o projeto já estiver em pleno funcionamento, Sarney entende que se pode avançar disponibilizando blocos de programas em outros idiomas, principalmente em inglês e espanhol.

Na carta a Lula, Sarney sugere que se realize uma urgente reunião entre a direção da Radiobrás e as diretorias de Comunicação do STF, da Câmara e do Senado, para a definição de um plano que viabilize a proposta.

– Estou convencido de que o Brasil é um país que desperta atenções de todo o mundo, não somente por suas potencialidades, riqueza cultural e multiplicidade étnica, mas também pelo atual governo, cujo desdobramento é do interesse da comunidade internacional – afirmou.

Convite

José Sarney recebeu ontem em seu gabinete o ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu, que convidou o presidente do Senado e a direção do PMDB para participarem de encontro com o presidente Lula, no Palácio do Planalto, na próxima quinta-feira.

Acordo garante ampliação do aeroporto de Macapá

Ao participar de solenidade em que o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Carlos Wilson, e o governador do Amapá, Antônio Waldez Góes, assinaram convênio para construção de novo terminal de passageiros no Aeroporto de Macapá (AP), o presidente do Senado, José Sarney, ressaltou ontem a importância e o significado político da iniciativa.

– Essa é até uma obra simbólica, porque é a primeira que o presidente Lula determina que seja iniciada em seu governo, dentro de uma diretriz que ele mesmo traçou, para que fosse realizada na Região Norte, e escolhendo no Norte o Amapá, que é a terra onde o Brasil começa – ressaltou.

Segundo Sarney, a construção do novo terminal beneficiará não só a população do Amapá, mas toda aquela parte da Amazônia. Ele elogiou o empenho do presidente da Infraero e do governador, que há cerca de um mês assinaram protocolo de intenções em Macapá para realização das obras, em ato que também

contou com a presença de Sarney. Esse documento preliminar viabilizou o convênio.

Carlos Wilson salientou ter recebido “orientação expressa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sentido de que a primeira obra anunciada pela Infraero no governo dele fosse no Norte”, especificamente no Amapá, e disse que a decisão coincide com o papel social de sempre desempenhado pela empresa.

O governador agradeceu a decisão “importante e acertada” para que a obra fosse iniciada, e informou que o aeroporto está operando hoje no triplo de sua capacidade. Compareceram também à solenidade o prefeito de Macapá, João Henrique, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) e deputados federais.

Ainda ontem, José Sarney recebeu em seu gabinete o governador Antônio Waldez Góes (PDT), que, acompanhado da bancada do estado, agradeceu o esforço do presidente do Senado junto ao governo federal para resolver os problemas amapaenses.



SOLENIIDADE. Sarney e Carlos Wilson, presidente da Infraero, na assinatura do convênio

Jane de Araújo

Foto: Agência Senado

ARTHUR VIRGÍLIO



Fico estarecido por ver que parlamentares aceitam o fuzilamento como forma de acabar com a oposição.

JEFFERSON PÉRES



Os cidadãos cubanos não mataram ninguém e foram fuzilados após julgamento sumário, sem acesso da imprensa.

DEMOSTENES TORRES



Hoje, não sou de esquerda, mas todos nós somos humanistas, contra qualquer ato que fira os direitos humanos.

ROBERTO SATURNINO



Os jornais brasileiros espelham a imprensa americana, que tem um noticiário orientado para a derrocada de Cuba.

EDISON LOBÃO



Todas as vezes que ditaduras de direita cometeram atrocidades, elas sofreram veemente condenação do Senado.

MAGNO MALTA



Fidel Castro não tem o direito de atentar contra a vida, porque atentar contra a vida é atentar contra Deus.

EDUARDO S. CAMPOS



Falo como cristão e, nessa condição, espero ver aprovado o substitutivo que condena as execuções.

EDUARDO SUPLYCY



O requerimento e o substitutivo foram discutidos em três sessões da Comissão de Relações Exteriores.

Ideli defende mulher para a Procuradoria

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) informou ontem que encaminhará ao presidente Lula da Silva um manifesto, assinado por diversos parlamentares, recomendando a indicação da subprocuradora da República Ella Wiecko Volkmer de Castilho para o cargo de procuradora-geral da República, em substituição ao atual ocupante do cargo, Geraldo Brindeiro.

– Hoje (*ontem*) tivemos no Senado uma votação histórica, quando pela primeira vez um afro-descendente teve seu nome aprovado para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal. No nosso entendimento, também seria inédito e importante ver uma mulher ocupando o principal cargo da Procuradoria Geral da República.

– Hoje (*ontem*) tivemos no Senado uma votação histórica, quando pela primeira vez um afro-descendente teve seu nome aprovado para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal. No nosso entendimento, também seria inédito e importante ver uma mulher ocupando o principal cargo da Procuradoria Geral da República.

Pavan registra protesto de produtor de alho



Pavan: alho colhido está se perdendo

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) informou que produtores de alho de Santa Catarina fecharam o trevo de ligação das BRs 470 e 116 por tempo indeterminado, como forma de protestar contra os prejuízos que o setor vem acumulando com a importação indiscriminada de alho produzido na China e na Argentina. Os produtores também estão reclamando da falta de uma política governamental que garanta a compra da safra deste ano.

De acordo com a Associação Nacional dos Produtores de Alho (Anapa), citada pelo senador, das 13 mil toneladas colhidas nesta safra em Santa Catarina, mais da metade ainda não foi comercializada.

– Nesta época, os produtores deveriam estar iniciando a plantação da próxima safra, mas nem sequer negociaram a anterior. Cerca de 20% do total colhido já se perderam – afirmou Pavan.



Ideli: seria inédito e importante

■ Especialistas apontam integração com a comunidade como forma de reduzir o problema no país

Durante audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação (CE) sobre a violência nas escolas, dois especialistas convidados apontaram a integração com a comunidade como uma das formas de reduzir o problema. Em resposta a pergunta do senador Osmar Dias (PDT-PR), presidente do colegiado e autor do requerimento para realização da audiência, o diretor do Observatório Europeu de Violência Escolar, Eric Debarbieux, afirmou que o problema existe em todo o mundo e é de difícil solução. No Brasil, salientou, a questão é agravada pelas grandes desigualdades sociais.

– A escala de desigualdades é tão grande, são tantos problemas a resolver, que eles nos levam ao pessimismo. Tudo indica que, sem mudanças econômicas globais, ficaremos convivendo com o



PREOCUPAÇÃO. Audiência foi proposta pelo presidente da CE, Osmar Dias (*segundo à direita*)

problema – considerou o especialista.

Não há solução miraculosa, insistiu Eric Debarbieux, destacando que as melhorias reais que foram obtidas até agora sempre resultaram de soluções localizadas. Entre essas soluções, o especialista sugere menos burocracia, melhores salários para professores, maior integração entre os diversos serviços públicos e polícia integrada à comunidade.

Denúncia

Também convidada para a

audiência pública, a professora Miriam Abramovay, da Universidade Católica de Brasília e vice-coordenadora do Observatório sobre Violência nas Escolas no Brasil, afirmou, respondendo a intervenção de Osmar Dias, que cada escola precisa encontrar suas próprias soluções. Ela defendeu o fim da lei do silêncio nas escolas, inclusive com a criação de um serviço telefônico 0800 para denúncias. Miriam Abramovay também propôs a abertura das escolas para as comunidades.

A professora se disse bastante impressionada com relato feito pelo senador João Capiberibe (PSB-AP) sobre medida adotada como prefeito da capital e, depois, governador do Amapá. Capiberibe informou ter implementado providências para evitar depredações de prédios públicos por gangues. Graças a essas ações, conforme acrescentou, as quadras de esporte puderam ficar abertas para uso das comunidades nos fins de semana.



Célio Azevedo

QUESTÃO MUNDIAL. Para Eric Debarbieux, solução exige mudanças globais

Desigualdades e drogas agravam o problema

Doutor em Ciência da Educação, Eric Debarbieux disse, durante a audiência pública na Comissão de Educação, que, na Europa, “há grande tentação de resolver o problema da violência de maneira puramente repressiva”. Para ele, reprimir não é solução, uma vez que a repressão aumenta o ódio, o rancor e a própria violência, sem reduzir o número de vítimas, o que deve ser o principal objetivo de qualquer programa contra a violência escolar.

Segundo Debarbieux, há

programas interessantes em todo o mundo, inclusive no Brasil, voltados para combater o problema, cujo agravamento em vários países ele atribuiu à globalização.

A professora Miriam Abramovay registrou que, no país, há muito tráfico de drogas dentro dos colégios. Ela assinalou que o problema também decorre do porte de armas e de manifestações de racismo. “Há muitas ameaças para professores e alunos, todos têm medo”, destacou.

Concordando com o sena-

dor Gerson Camata (PMDB-ES), que relacionou diversas causas que seriam geradoras de violência, a especialista observou que é necessário incentivar valores como tolerância e respeito ao próximo, em vez de valorizar apenas o acesso a bens materiais.

– A situação é mais grave no Brasil por causa das desigualdades sociais. Um tênis Nike pode causar uma morte – afirmou a especialista Miriam Abramovay, para quem “a família não pode ser responsabilizada por tudo”.

Camata culpa falta de ensino religioso

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) assinalou que os casos de violência nas escolas podem também ser atribuídos à falta de ensino religioso, à desestruturação das famílias, à transmissão de programas muito violentos pelas emissoras de televisão e à falta de urbanidade das pessoas.



Célio Azevedo

Capiberibe relata experiência no Amapá

O senador João Capiberibe (PSB-AP) relatou que conseguiu, quando governou o estado do Amapá, ótimos resultados no combate à violência. Ele disse ter descentralizado recursos, tornando a escola responsável pela gestão do dinheiro, sob fiscalização da própria comunidade.



Jane de Araújo



Roosevelt Pinheiro

SÍMBOLO. Oswaldo Louzada e Carmem Silva participaram de audiência pública no Senado

Atores retratam situação da terceira idade

A atriz Carmem Silva e o ator Oswaldo Louzada, que representam um casal da terceira idade na novela *Mulheres Apaixonadas*, participaram ontem de audiência pública na Subcomissão do Idoso. A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), vice-presidente da subcomissão, disse que os maus-tratos sofridos pelos personagens na novela da TV Globo são uma realidade que atinge muitos idosos no país.

– Esse casal se tornou um símbolo dos mais populares e isso nos dá esperança de podermos levar adiante nossa luta em favor de um tratamento mais digno para os que têm mais idade neste país – afirmou ela.

O presidente da subcomissão, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), concordou com a senadora. Ele destacou a influência da repercussão que a situação do casal de idosos da novela está tendo junto ao público para a aprovação do projeto do Estatuto do Idoso. A proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável do senador Demostenes Torres (PFL-GO).

O senador Paulo Paim (PT-RS) reforçou as palavras de Iris de Araújo. Ele é autor de outro projeto do Estatuto do Idoso, que tramita há muito tempo na Câmara, mas nunca foi aprovado. Essa situação, segundo ele, poderá ser modificada, agora, graças à repercussão da situação vivida pelos personagens interpretados na novela.

Oswaldo Louzada fez um apelo para a aprovação do Estatuto do Idoso e comentou sobre os maus-tratos na terceira idade.

– Não podemos generalizar. Eu conheço jovens que amam os mais velhos. Em minha casa sou muito bem tratado por filhos, sobrinhos e netos.

Estatuto do Idoso recebe parecer favorável na CCJ

■ Projeto garante acesso gratuito a transporte público e desconto em cinema para pessoas com mais de 65 anos

As pessoas maiores de 65 anos poderão ter prioridade na formulação de políticas públicas, no recebimento de proteção do Estado e nos serviços públicos como saúde e transportes. As medidas estão previstas em projeto do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que cria o Estatuto do Idoso. A proposta recebeu parecer favorável ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir de voto do relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), e será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa.

Entre os dispositivos do projeto citados pelo relator estão a garantia de gratuidade no transporte público, em casas de cultura e museus públicos e o desconto de 50% em ingressos para a primeira sessão de filmes e em uma sessão semanal de teatro. Demostenes também destacou a criação de fóruns permanentes para discussão da questão do idoso, por meio da criação de conselhos municipais, estaduais e nacional e a atribuição de responsabilidade ao Ministério Público de fiscalizar entidades governa-

mentais e não-governamentais de atendimento ao idoso.

– A terceira idade merece ser equiparada à infância e à adolescência, que têm o seu próprio estatuto, pois tem a mesma prioridade – declarou Demostenes, que também é relator da proposta na CAS, para onde segue a matéria.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) chamou atenção para pontos da proposta que podem ser considerados inconstitucionais, mas não apresentou emendas diante da



RESPONSABILIDADE. Sérgio Cabral destaca papel do Estado e da iniciativa privada

promessa de Demostenes de dirimir as dúvidas na discussão do mérito, na CAS.

Experiência

Presidente da Subcomissão do Idoso, ligada à CAS, Sérgio Cabral citou a experiência do Rio de Janeiro, onde leis de sua autoria são aplicadas. Lá, disse, os proprietários de cinemas e casas de espetáculo demonstraram interesse em praticar os descontos, de forma a aumentar a ocupação

das salas.

– A livre iniciativa tem compromissos sociais. Nesse sentido, a proposta obedece ao princípio da razoabilidade. É preciso compreender que o Estado está aquém do que deve fazer com relação aos direitos da terceira idade – reclamou o autor do estatuto.

Para o senador Magno Malta (PL-ES), a iniciativa de Sérgio Cabral atende a “milhões de brasileiros que estão jogados ao acaso, sem dignidade e sem dinheiro para pagar o remédio na farmácia, que sacrificaram sua saúde para construir o país”. O senador Tião Viana (PT-AC) destacou o escopo da proposta, capaz de beneficiar 30 milhões de brasileiros ao mesmo tempo.

Serys Shlessarenko (PT-MT) pediu que a discriminação contra os idosos seja combatida. No debate acerca da reforma da Previdência Social, ela alertou para o fato de a longevidade dos idosos aparecer como fator que aumenta o déficit e prejudica as contas públicas. “Isso é um absurdo”, reclamou.

Autor de proposta semelhante na Câmara dos Deputados, o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu celeridade na votação do estatuto. Ele sugeriu a fusão da sua proposta, que enfatiza a questão da empregabilidade dos idosos, com a de Sérgio Cabral.



Roosevelt Pinheiro

POLÊMICA. Jefferson Péres propõe audiência com governo do DF, deputados e universidade

Autonomia política do DF em debate

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem requerimento de Jefferson Péres (PDT-AM) que solicita a realização de audiência pública para debater a autonomia política do Distrito Federal. O tema é objeto de proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada no ano passado pelo então senador Francisco Escórcio e retira a autonomia política do Distrito Federal.

A proposta estabelece que o governador do DF será indicado pelo presidente da República e terá seu nome submetido ao crivo do Senado. A intenção é igualar a capital federal às capitais de outras nações na posição de município neutro, desvinculado do pacto federativo, como era a situação de Brasília até 1986.

Jefferson pede a presença de representantes do governo do DF, da Câmara Legislativa, do Tribunal de Justiça e também da Universidade de Brasília para a audiência. O senador explicou que, por ser um assunto polêmico, serão necessárias outras audiências.

Recursos

Os senadores também aprovaram projeto de lei do então senador Ademir Andrade determinando que as assembleias legislativas sejam notificadas da liberação de recursos federais para os estados e para o DF. O relatório favorável foi elaborado pelo senador Amir Lando (PMDB-RO).

A CCJ aprovou outro parecer de Lando, favorável a requerimento de Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que solicita ao ministro da Fazenda o envio, pelo Banco Central, das movimentações bancárias do senador Antero.

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), pediu vista de projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que extingue definitivamente a impressão do voto nas eleições.

▼ Projetos aperfeiçoam legislação

Os dois projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que instituem o Estatuto do Idoso procuram aperfeiçoar a Lei nº 8.842, de 1994, que definiu a Política Nacional do Idoso. O projeto mais antigo é do senador Paulo Paim (PT-RS), que tramita desde 1997 na Câmara, onde deverá ser analisado por uma comissão especial. A outra proposta é do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e foi apresentada neste ano ao Senado Federal.

As duas proposições têm vários pontos em comum, como a criação do Conselho do Idoso — figura já prevista na Lei nº 8.842 —, a gratuidade de transporte público, a descrição de crimes contra os idosos e a política especial de atendimento, que inclui serviços de prevenção e atendimento às vítimas de maus-tratos, e a proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos dos idosos. Outra característica comum aos dois projetos é a definição do Ministério Público como órgão responsável pela fiscalização dos direitos das pessoas da terceira idade.

Entre os pontos distintos, o principal é o que determina a idade pela qual a pessoa pode ser considerada idosa: no projeto do senador Paulo Paim é a partir dos 60 anos; no de Sérgio Cabral, a partir de 65 anos.

Comissão aprova medida sobre precatórios

Com base em relatório de Demostenes Torres (PFL-GO), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Efraim Morais (PFL-PB) que limita em 2% o percentual da receita líquida comprometido pela administração pública municipal, estadual e federal no pagamento de precatórios judiciais que não sejam de natureza alimentícia. A medida também permite a divisão do pagamento em até 60 parcelas mensais.



Célio Azevedo

RIGOR. Antonio Carlos Valadares propõe a previsão de novos crimes na lei

Projeto dificulta a lavagem de dinheiro

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou ontem projeto que altera a Lei de Lavagem de Dinheiro para "fechar brechas" que têm permitido que recursos de origem ilegal sejam "esquentados" em bancos.

Uma das mudanças inclui na lei as contravenções penais, como o jogo do bicho, a compra de bilhetes premiados de loterias e o comércio clandestino de obras de arte. Atualmente, dinheiro com essa origem pode ser depositado normalmente em bancos, sem qualquer questionamento sobre sua origem. Valadares afirmou que o projeto contém sugestões do Banco Central.

– O narcotráfico, o contrabando, a corrupção e a sonegação fiscal movimentam por ano, conforme estimativas do Fundo Monetário Internacional, entre US\$ 500 bilhões e US\$ 1,5 trilhão por ano. No Brasil, o delegado da Polícia Federal José Francisco de Castilho Neto calculou desvios de US\$ 30 bilhões. Isso não pode continuar – ressaltou.

Valadares afirma "não haver lógica" na ausência, na Lei de Lavagem de Dinheiro, dos crimes contra a ordem tributária nacional. Só a sonegação na área da Previdência ficou em cerca de R\$ 28 bilhões no ano passado, disse. E lembrou que a sonegação do Imposto Territorial Rural (ITR) é de quase R\$ 2 bilhões. O projeto inclui esses crimes na lei.

A proposta acrescenta na lei o tráfico de seres humanos, particularmente o de mulheres, um dos mais lucrativos do mundo, conforme o senador. O projeto ainda determina que o promotor do Ministério Público terá de explicar eventual decisão de não bloquear dinheiro sujo.

Relator mantém punição maior para preso perigoso

■ Parecer apresentado à CCJ prevê isolamento de detentos de alta periculosidade por 720 dias

A instituição do regime disciplinar de segurança máxima, que prevê isolamento total de líderes de organizações criminosas e presos de alta periculosidade por 720 dias, foi mantida no relatório final da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, apresentado ontem pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Presidente da subcomissão, Jereissati está atuando na CCJ como relator do projeto. Em seu parecer, ficaram inalterados os termos do regime disciplinar proposto no relatório do senador Demostenes Torres (PFL-GO) e apresentado à subcomissão. Com 18 emendas ao projeto da Câmara que cria o regime disciplinar diferenciado e altera as regras de interrogatório do acusado, o parecer começou a ser debatido pelos integrantes da CCJ, mas a discussão do mérito deve ser aprofundada na próxima semana. O presidente da CCJ, senador



Waldemar Rodrigues

SEM MUDANÇAS. Tasso Jereissati, relator na CCJ, acolheu a proposta apresentada por Demostenes Torres na Subcomissão de Segurança

Edison Lobão (PFL-MA), concedeu vista coletiva após manifestações de que o governo pretende encaminhar novas contribuições ao texto.

Inspirado no sistema prisional italiano, o regime disciplinar de segurança máxima, de acordo com o relatório, pode ser prorrogado ou repetido, ou ainda convertido no regime disciplinar diferenciado, que é mais brando, com isolamento de 360 dias, e previsto no projeto da Câmara para os crimes dolosos.

Jereissati ressaltou que o objetivo "é romper os laços e as pontes das organizações criminosas". Ele argumenta que a experiência brasileira tem mostrado que organizações criminosas, como o Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, e o Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, mostram certa dificul-



Waldemar Rodrigues

dade de rearticulação quando seus principais líderes são isolados ou transferidos.

– Nosso atual sistema penitenciário não se aproveita dessa realidade – afirmou.

Pela proposta da subcomissão, presos enquadrados nesse regime especial poderão ficar isolados em locais distantes da região de influência da organização criminosa a que pertencem, com visitas mensais de no máximo dois familiares, que estarão separados por vidro, comunicando-se por meio de interfone. As visitas serão filmadas e gravadas. Cópias das gravações serão encaminhadas ao Ministério Público. Os contatos com advogados serão mensais, salvo se houver autorização judicial, e os nomes dos profissionais serão informados mensalmente à seção da Ordem dos Advogados do Brasil.

Porte de armas é debatido com especialistas

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou, com base em dados do Datafolha, que no Rio de Janeiro foram concedidos 103 portes de arma no ano passado, e que ocorrem no estado, a cada ano, 60 homicídios por cada grupo de 100 mil pessoas. No Paraná, foram autorizados 30 mil portes de arma, mas ocorrem apenas oito homicídios por grupo de 100 mil pessoas. Os dados, disse, são prova de que não há relação entre quantidade de armas legais em circulação e número de homicídios.

A afirmação foi feita durante audiência da Subcomissão de Segurança Pública, que debateu terça-feira o tema "Tráfico e Porte de Armas", com o ge-

neral José Rosalvo Leitão de Almeida, do Departamento de Produtos Controlados; Alzira Quaresma, da Coordenação Nacional de Armas do Ministério da Justiça; Dênis Mizne, diretor-executivo da ONG Sou da Paz; e o ex-senador Irapuan Costa Júnior.

Participaram da mesa os senadores César Borges (PFL-BA), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Edison Lobão e Demostenes Torres. A subcomissão deve apresentar projeto sobre porte de armas.

Rosalvo Leitão disse que a movimentação de armas legais no Brasil é "controlada" pelo governo. O Sistema Nacional de Armamentos (Sinar-me), da Polícia Federal, afirmou, tem um grande banco de

dados sobre as armas legais em poder de cidadãos.

Jereissati perguntou sobre os percentuais de crimes cometidos com armas legais e ilegais. O general esclareceu que o percentual de crimes realizados com armas legais é insignificante.

Em resposta a Demostenes Torres, o general Rosalvo afirmou que menos de 1% das armas legais em poder de caçadores, atiradores e colecionadores vai para as mãos de criminosos.

Dênis Mizne apresentou números mostrando que a maioria dos homicídios no Rio e em São Paulo é cometida por motivos fúteis, envolve majoritariamente homens de 18 a 24 anos e ocorre entre as noites de sexta-feira e domingo.

■ **Leia mais sobre o tema na página 8**

Malta: exame criminológico não pode acabar

A decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de aprovar a proposta que elimina o exame criminológico para detentos foi lamentada ontem pelo senador Magno Malta (PL-ES). O exame é feito para avaliar o perfil psicológico do detento que pleiteia a liberdade ou a transferência de regime prisional. Segundo disse, alguns senadores votaram pelo fim do exame porque foram pressionados pelos governadores dos seus respectivos estados, que querem esvaziar os presídios.

– Se o fim do exame criminológico for aprovado definitivamente, teremos cerca de 16 mil marginais soltos imediatamente nas ruas. O único caminho que eles têm é colocar um "ferro" na mão e sair assaltando. Isso é uma injustiça com a sociedade civil que já paga impostos – afirmou.



Célio Azevedo

PERIGO. Fim do exame colocará na rua 16 mil marginais, diz Magno Malta

CCJ adia votação de projeto sobre papiloscopistas

A dúvida sobre se haverá ou não impacto financeiro nos cofres da União, responsável pelos recursos que custeiam a segurança pública no Distrito Federal, adiou a votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do parecer do senador Demostenes Torres (PFL-GO) sobre o enquadramento dos papiloscopistas da Polícia Civil do DF como peritos.

Demostenes explicou que a mudança não trará reflexos imediatos nos gastos da União. Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que o perito tem salário maior. Jefferson Péres (PDT-AM) disse que a clareza sobre a questão é "crucial", até porque a mudança pode ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Papaléo quer estimular transplantes

Senador propõe trabalho nas escolas para conscientizar sobre necessidade de doação de órgãos

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu ontem a conscientização da sociedade sobre a necessidade de doação voluntária de órgãos para transplantes. Segundo ele, essa é uma tarefa de longo prazo e deve ser iniciada nas escolas.

– A incorporação da temática dos transplantes nos conteúdos curriculares dos diversos níveis de ensino será determinante para se lograr uma atitude crítica que favoreça o debate e a análise dos



Célio Azevedo

DEFICIÊNCIA. Conforme Papaléo, Brasil ainda faz poucos transplantes

avanços científicos que influenciam a saúde e determinam o rumo da nossa existência.

Papaléo explicou que o Brasil está bem posicionado no mundo em termos de qualida-

de técnica, mas o mesmo não se aplica à quantidade de transplantes.

– Realizamos cerca de 120 transplantes de coração a cada ano, o que corresponde a um terço do que se faz na França, mesmo sendo nossa população três vezes maior.

De acordo com o senador, há grande deficiência na captação de órgãos no país e isso contribui para que a lista de pacientes à espera de transplantes esteja em constante crescimento. Ele citou dados do Ministério da Saúde, de janeiro passado, se-

gundo os quais há 51.760 pessoas nessa lista.

– Ainda pior. Estimativa do médico José Medina Pestana, presidente da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos, mostra que metade das pessoas da lista morre esperando por esse gesto maior de altruísmo dos familiares que perderam um ente querido – acrescentou o senador.

Em sua opinião, muitas famílias deixam de concretizar a doação por desconhecerem a vontade do potencial doador. Outro ponto visto por ele como “entrave relevante” é a baixa notificação de possíveis doações, pois apenas um em cada 12 potenciais doadores é notificado às centrais de transplantes.

Audiência analisa alto custo de medicamentos excepcionais

A incapacidade financeira do poder público para atender à crescente demanda por medicamentos de dispensação excepcional, de alto valor, movimentou os debates na segunda audiência promovida pela Subcomissão Temporária de Saúde, ontem. O custo dos 226 produtos inseridos nessa categoria deve consumir, em 2003, mais de R\$ 500 milhões, quase 20% dos gastos totais previstos pelo Ministério da Saúde para assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do ministério, José Hermógenes de Souza, isso leva o SUS a se debater entre duas atribuições constitucionais: equidade e universalidade. O dilema, disse, é atender poucas pessoas ou a maioria da população.

A inserção de mais cinco medicamentos na relação, com custo unitário mensal de tratamento variando de R\$ 626 (esquizofrenia) a R\$ 30 mil (leucemia), foi anunciada

por Hermógenes. Ele propôs ainda um avanço na descentralização da assistência farmacêutica, de forma que o ministério forneceria medicamentos excepcionais e estratégicos (hanseníase, tuberculose, Aids) e atribuiria a estados e municípios os de média complexidade.

O coordenador-executivo do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, René José Moreira dos Santos, informou que apenas 129

mil brasileiros recebem os medicamentos excepcionais. – Não questiono o direito de acesso, mas há necessidade de se fixarem mecanismos para reger o processo de atendimento ao paciente – disse.

A subcomissão, presidida pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP), aprovou a inserção de dados do Conselho Federal de Farmácia no relatório final, a ser elaborado pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), e uma audiência sobre a assistência a pacientes renais.



DILEMA. Segundo José Hermógenes, o SUS se debate entre equidade e universalidade

César Borges cobra recursos para o Fundef

Os valores mínimos anuais por aluno repassados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) vêm diminuindo ano a ano, causando prejuízos aos estados, uma vez que a União não tem cumprido com sua parte, alertou ontem o senador César Borges (PFL-BA). Segundo ele, se fossem cumpridas as regras, o valor mínimo por aluno em 2003 deveria alcançar R\$ 733, 64,3% superior aos R\$ 446 estabelecidos pela União.

– A participação da União foi sempre insignificante e decrescente, saindo de 3,7% em 1998 para 1,9% em 2002. O prejuízo para os estados será enorme. A União transferiu para os estados, responsáveis por mais de 84% dos recursos do fundo em 2002, o ônus pela manutenção do ensino fundamental – disse, informando que o governo da Bahia já ajuizou ação no Supremo Tribunal Federal para reverter perda de R\$ 955 milhões em 2003.

O senador apontou distorções na aplicação dos re-



REDUÇÃO. César Borges afirma que União participa cada vez com menos recursos

ursos do Fundef. Uma delas, assinalou, é o fato de o Nordeste ser responsável por 35% das matrículas no ensino fundamental, mas recebe 23% dos recursos.

– O justo de uma política pública é que ela possa reduzir diferenças entre regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas – disse.

Em aparte, Tasso Jereissati (PSDB-CE) observou que a lei do Fundef está sendo descumprida pelo governo federal. Eurípedes Camargo (PT-DF) disse que o ministro da Educação, Cristovam Buarque, quer ampliar o Fundef. José Jorge (PFL-PE) chamou atenção para a necessidade de ser melhor definida a participação de cada ente da Federação. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) lamentou que iniciativas de melhoria na educação esbarrem na falta de recursos.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

VIOLÊNCIA. Brasil registra 13% dos crimes praticados com armas no mundo, diz Renan

Renan propõe proibição de armas de fogo

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) apresentou ontem projeto de lei que proíbe a venda e o uso de armas em todo o país. Depois de citar dados que indicam o peso expressivo das armas adquiridas legalmente na ocorrência de homicídios, ele disse que a aprovação do projeto significa “um tiro certeiro” na criminalidade.

– A grande porta de entrada de armas é a produção legal. Os fabricantes nacionais dizem que já exportavam 90% da produção. Sendo verdadeira tal afirmativa, grande parte acabou voltando clandestinamente ao Brasil – frisou.

Renan apontou dados que revelam um quadro alarmante: das dez cidades do mundo com maiores índices de homicídios, oito são brasileiras; sozinho, o Brasil supera a soma de assassinatos dos Estados Unidos, Canadá, Itália, Japão, Austrália, Portugal, Inglaterra, Áustria e Alemanha; com menos de 3% da população mundial, o Brasil registra 13% dos crimes praticados com armas no mundo.

Ele citou ainda o custo econômico da violência: “Os gastos apenas da área bancária para evitar assaltos chegaria a um bilhão de reais por ano”.

Renan observou que 86% das pessoas armadas que regem são atingidas.

– É preciso agir para reforçar o controle da entrada e saída de armas no país. Além disso, é necessário proibir a venda para pessoas que pensam, falsamente, estar protegidas, evitando mortes por motivos banais, os chamados crimes imotivados – afirmou.